



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PET no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1011941 - BA  
(2016/0292073-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

### DECISÃO

No bojo deste AREsp, a pena definitiva do réu foi reduzida para 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão, em regime aberto, mais 135 dias-multa. Na petição de fls. 1.886-1.891, **a defesa requer o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva.**

Os autos foram encaminhados ao Ministério Público Federal, que foi favorável ao acolhimento do pedido e opinou pela "extinção da punibilidade do réu EDNALDO DOS SANTOS BARROS" (fl. 1.901).

**Apresentada a denúncia**, autuada em 1º/4/2009, **Juíza de Direito a recebeu em 15/6/2004** (fl. 104). Depois disso, os autos foram remetidos ao Tribunal, em razão de superveniente foro por prerrogativa de função. O órgão, num primeiro momento, desconsiderou a citação editalícia do réu e determinou sua notificação, conforme o art. 4º da Lei n. 8.038/1990. Posteriormente, **"tendo em vista que a denúncia já foi recebida" (fl. 311) validamente em primeiro grau**, o relator retirou o processo de pauta da sessão que analisaria a exordial acusatória. **Sobreveio, em 23/4/2015 (fl. 1.378), o acórdão condenatório.**

A prescrição, depois de transitar em julgado a condenação para a acusação, regula-se pela pena aplicada ao réu, de 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão.

*In casu*, deve ser reconhecida a causa de extinção de punibilidade, pois fluiu o prazo de 4 anos, estabelecido no art. 109, V, do CP, entre o recebimento da denúncia, em 15/6/2004, e a condenação do réu, no dia 23/4/2015. Durante esse período, não existiu nenhuma outra causa impeditiva ou interruptiva do prazo

prescricional.

À vista do exposto, com fulcro no art. 110, § 1º, c/c. o art. 109, V, ambos do CP, **declaro extinta a punibilidade de EDNALDO DOS SANTOS BARROS, em virtude da prescrição da pretensão punitiva estatal.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator